

A “DÍVIDA METÓDICA” E A *EMPREZA MINEIRA DO LENA* (PORTUGAL)

LA “DEUDA METÓDICA” Y LA *EMPREZA MINERA DEL LENA* (PORTUGAL)

THE “METHODICAL DEBT” AND THE COMPANY *MINEIRA DO LENA* (PORTUGAL)

J. M. BRANDÃO ^(1, 4) y J. M. MATA-PERELLÓ ^(2, 3, 4)

(1) CENTRO DE ESTUDOS DE HISTÓRIA E FILOSOFIA DA CIÊNCIA, Univ. de Évora / Rede HetSci, josembrandao@gmail.com

(2) DEPARTAMENTO DE INGENIERÍA GEOLÓGICA, UNIVERSIDAD POLITÉCNICA DE MADRID, rocpetrus@gmail.com

(3) GEOPARC DE LA CATALUNYA CENTRAL, mata@geoparc.cat

(4) SEDPGYM

RESUMO:

A exploração das lenhites jurássicas da Batalha - Porto de Mós, ganhou ânimo com a 1.^a Guerra Mundial, finda a qual se desenvolveu uma estratégia de concentração das concessões, a fim de otimizar recursos e métodos de trabalho, dada a semelhança dos jazigos e a sua relativa continuidade espacial. A *The Match and Tobacco Timber Supply Comp.^a* adquiriu as concessões em 1926 lançando, em paralelo com a exploração dos carvões, a construção de um caminho de ferro mineiro, aberto ao serviço público, e uma central termoelétrica, para levar energia às minas e fornecer a região, negligenciando a parte mineira que devia ter antecedido todas estas actividades.

Para financiar aqueles empreendimentos, a empresa contraiu um empréstimo do Estado que não mais deixou de ensombrar as suas contas, nem as da *Empresa Mineira do Lena* que lhe sucedeu em 1932, a qual sobreviveu até finais da década de quarenta com novos empréstimos e graças a sucessivas hipotecas e ao perdão de obrigações fiscais. Esgotadas as minas que forneciam os melhores carvões, a concessionária ficou dependente da central eléctrica abastecida pelas minas da Batalha; porém, a breve prazo, os interesses dos grupos produtores de hidroeletricidade se impuseram, acabando por fechar a central e por arrasto, as minas.

PALAVRAS-CHAVE: Carvão; Eletricidade; Empresa Mineira do Lena; Batalha; Portugal.

The exploration of the Jurassic lignite from Batalha - Porto de Mos, gained liveliness during the 1st World War, following which has developed a strategy of concentration of concessions in order to optimize resources and working methods, face the similarity of the deposits and their relative spatial continuity. The *The Match and Tobacco Timber Supply Comp.^a* acquired most of coal concessions by 1926, launching in parallel a mining railway, opened also to the public service, and a power station to bring electricity to the mines and provide the region, neglecting however mining works that should have preceded all the other activities.

To finance such projects, the company borrowed money from the State that never ceased to overshadow their accounts, nor the Mining Company of Lena who succeeded it in 1932, which survived until the late forties with new financial loans and thanks successive mortgages and forgiveness of tax obligations. Closed the mines that had provided the best coals, the company was totally dependent of the power plant supplied by the mines of Batalha, but in the short term, the companies producing hydroelectricity imposed themselves, closing the power plant and, consequently, closing also the mines.

KEYWORDS: Coal; Electricity; Mining Company of Lena; Batalha; Portugal.

RESUMEN:

La explotación de los lignitos jurásicos de Batalha - Porto de Mós, gozó de un gran valor con la Primera Guerra Mundial, tras la cual se ha desarrollado una estrategia de concentración de concesiones viendo optimizar los recursos y métodos de trabajo, dada la similitud y continuidad de los depósitos. La *The Match and Tobacco Timber Supply Comp.^a* adquirió las concesiones en 1926 y, en paralelo con la exploración de carbón, se lanzó a la construcción de un ferrocarril minero, abierto al público, y una central termoeléctrica para llevar la energía a las minas y proveer a la región, descuidando los trabajos de reconocimiento del yacimiento, que debería haber precedido todo ello actividad.

Para financiar estas iniciativas, la empresa que contrató un préstamo del Estado, que ya no dejó de ensombrear sus cuentas ni tampoco las de la Compañía Minera del Lena que le sucedió en 1932, que sobrevivió hasta fines de los años cuarenta con nuevos préstamos a través de hipotecas sucesivas y el perdón de las obligaciones tributarias. Agotadas las minas que proporcionaron los mejores carbones, la concesionaria se quedó dependiente de la central eléctrica, pero en el corto plazo, los intereses de los grupos de productores de hidroelectricidad se han impuesto, conduciendo al cierre de la termoeléctrica y, por arrastre, al cierre de las minas.

PALABRAS CLAVE: Carbón; Electricidad; Compañía Minera del Lena; Batalha; Portugal.

INTRODUÇÃO

Começadas a pesquisar em meados de 1854, as minas da Batalha e do Vale do Lena, Porto de Mós (Leiria, Portugal), exploraram por poços e galerias, pequenos jazigos de lenhite de média qualidade, encaixados nos calcários e margas do Jurássico superior. Até à I Guerra Mundial, em que a produção se animou devido ao embargo aos carvões importados, estas minas não tiveram grande expressão dada a inferioridade dos seus carvões relativamente aos estrangeiros, vendidos a baixo preço, e à sua incapacidade para se desenvolverem num contexto de baixos consumos, problemas que, de uma forma geral, afetaram todas as minas de combustíveis nacionais (Viana, 1928. p. 5). Em janeiro de 1921, parte dos concessionários, descapitalizados, constituíram a Sociedade Mineira do Lena, Lda. (SML), com o objetivo de reunir os fundos necessários à intensificação da lavra das minas, otimizando recursos e metodologias dada a semelhança e relativa continuidade geológica das formações carbonosas.

Todavia, com os elevados custos de transporte e a dificuldade de colocação destes carvões que dificilmente competiam com as hulhas inglesas, a Sociedade acabou por ser dissolvida, procedendo-se à sua liquidação. Os ativos e passivo da SML foram então adquiridos pela *The Match and Tobacco Timber Supply, Company* (doravante referida por *Match*)¹, cujo core de interesses assentava no monopólio dos fósforos e na transformação de madeiras, que passa assim a explorar, conjuntamente com a

¹ Sociedade anónima constituída em 7 de abril de 1924 com um capital social de £50.000 realizado em acções ao portador, reforçado nos dois anos seguintes por ofertas na bolsa de Paris.

indústria dos fósforos, as concessões de carvão e o caminho de ferro de via reduzida, construído em 1917 entre a Batalha e a estação de Martingança na Linha do Oeste da ferroviária nacional², numa distância de 13 km, para escoar rapidamente a produção das minas.

PROTECCIONISMO, NEGÓCIOS E ENDIVIDAMENTO

O governo da Ditadura Militar saído do golpe de Estado de 28 de maio de 1926 empenhou-se rapidamente em criar uma conjuntura favorável ao fomento industrial do país com base numa política de financiamento público, na esperança de um “futuro reembolso dos capitais mutuados e do acréscimo da matéria colectável” (Cunha, *apud*. Rosas, 2012, p. 89).

Entre as medidas tomadas, destacam-se as concedidas aos produtores e consumidores de combustíveis nacionais que, visando diminuir a saída de ouro do país, lhes garantiam facilidades de crédito e juros³, bem como as da obrigatoriedade de consumo de uma determinada percentagem de carvões portugueses pelas indústrias e caminhos de ferro nacionais⁴, intenção sem consequências práticas evidentes.

É nesta conjuntura politicamente favorável, que a *Match* lança um ambicioso programa de desenvolvimento, tentando alicerçar nos carvões do Lena, além da sua venda tal qual para as fábricas de cimento e cal hidráulica e para os caminhos de ferro, uma fileira industrial que deveria contemplar a destilação, o fabrico de briquetes e a produção de electricidade, aproveitando, para esta última, as lenhites da Batalha que, pelas suas características (fraco rendimento térmico e elevado teor de cinzas), não encontravam outros compradores.

O pedido de financiamento apresentado ao Governo, destinado a incrementar a exploração do Couto Mineiro e resolver de uma vez por todas o problema dos transportes - o maior obstáculo a uma exploração mais intensiva -, mereceu a aprovação das autoridades de tutela. Tinha-se em conta, por um lado, o crédito aparentado pela *Match*, pela sua carteira de negócios e cotação na bolsa; por outro, a convicção da existência de grandes reservas de carvão, que provinha dos primeiros estudos geológicos regionais publicados em 1955 pelo capitão de engenharia Carlos

² Ligação ferroviária de Lisboa à Figueira da Foz, passando por Caldas da Rainha e Leiria numa distância de cerca de 200 km.

³ V. Decretos n.ºs 11:852 e 12:748 de 6/07/1926 e 30/11/1926 respetivamente.

⁴ V. Decreto n.º 14:009 de 30/07/1927.

Ribeiro (1813-1892), chefe da Repartição de Minas do Estado⁵, e de outros posteriores, que corroboravam a possibilidade de aplicação industrial destes carvões, já regularmente consumidos pelos Caminhos de Ferro Portugueses (CP) e pela Empresa de Cimentos de Leiria, designadamente no esperançoso – e recente - trabalho de Freire de Andrade (1893-1956)⁶, sobre a geologia e a tectónica da região a sul da Batalha (v. Andrade, 1927).

Por decreto de 21 de junho de 1927, o Governo concedeu à *Match* um “empréstimo até 20.000 contos” (20 milhões de escudos) à taxa de juro de 8% ao ano, reservando-se o credor Estado, o direito de revogar as concessões e tomar posse de todos os bens da companhia em caso de incumprimento. Este financiamento foi sobretudo aplicado na renovação completa da antiga linha de caminho de ferro conhecida por “Martingança Minas” (fig. 1) e, em consonância com as necessidades da empresa e o parecer dos técnicos do Estado (Viana, 1928, p. 29), no seu prolongamento para sul até às minas da Bezerra, passando por Porto de Mós, onde vieram a ser instaladas a estação principal, as oficinas e os escritórios da empresa.



Figura 1. Terminal carvoeiro na Martingança, entroncamento com a linha da CP e com o ramal privativo da Fábrica de Cimento de Maceira Liz que, desde a sua entrada em actividade em 1923, consumia os carvões do Lena. Foto *The Match*, 1927. AHLNEG.

⁵ Os estudos geológicos de superfície realizados por Carlos Ribeiro em meados de 1855, e por outros engenheiros a partir dessa data, a pedido do comerciante inglês George Croft, a quem viria a ser atribuída a concessão das minas da Batalha, auguravam à região um futuro próspero, dadas as reservas estimadas de carvão que dariam, ao ritmo de extracção de 100 t/dia, para mais de quinhentos anos de exploração (Ribeiro, 1855). Sublinhe-se, porém, que nos mesmos trabalhos, Ribeiro apontava a necessidade de se confirmarem as observações através de “furos de sonda”, os quais “esclareceriam sobre a continuidade ou solução das camadas de carvão e acerca do seu estado” (*ibid.* p. 23).

⁶ Engenheiro de minas pela Royal School de Londres e naturalista do Museu Nacional de Lisboa, foi durante um curto período Diretor Técnico das minas da Sociedade Mineira do Lena,

Com aquelas verbas foram adquiridas, para além das locomotivas, vagões e guindastes para apoio da actividade mineira, carruagens de passageiros e vagões de mercadorias, tendo em vista a potenciação da linha abrindo-a ao serviço público de passageiros e mercadorias, o que veio a consumir-se a curto prazo até à Batalha (1927) e em setembro de 1930 até Porto de Mós, episódio que teve repercussão nacional (Brandão e Almeida, 2006 p. 183; Brandão, 2008a p. 197).

PARCERIA COM A FERROVIÁRIA NACIONAL

As obras da linha de caminho de ferro, coordenadas por José de Serpa Pimentel (1865-1932) que então encabeçava o Conselho de Administração da *Match*, favoreceram a aproximação à CP, com a primeira a adquirir cerca de 20 km de material de via usado da Linha do Oeste para construir o novo troço até às minas, que seria pago com carvão das minas das Ferrarias e Bezerra, o qual tinha dado bons resultados nas locomotivas⁷.

Apesar de ter de misturar as lenhites do Lena com carvão de Cardiff para obter o melhor rendimento das máquinas e diminuir os prejuízos causados aos queimadores, a CP passou a adquirir, regularmente carvão à *Match*, para além do que lhe era entregue por força daquele contrato. A parceria estratégica surge naturalmente na sequência destes negócios, assumindo a forma de um serviço combinado, que haveria de manter-se até meados de 1935 (fig. 2).

Embora grande parte do esforço financeiro da empresa fosse dirigido para a construção do caminho de ferro, que ocupou centenas de trabalhadores, os anos de 1927 e 1928, ficaram também marcados pelos investimentos nas minas da Bezerra e Vale de Bragadas, principal centro de exploração do Couto Mineiro, onde, sob a direcção técnica do Conde de Arrochela⁸, se pretendia intensificar a produção. Daqui saía o melhor carvão do Couto Mineiro. Foram adquiridos equipamentos de lavra, e instalada uma central eléctrica a óleos pesados, com 60 CV, que permitiu eletrificar os principais trabalhos da mina (galerias S. Pedro e Porfia). Além disso, dada a localização das minas em lugar ermo, no alto da serra da Pevide (Serro Ventoso),

⁷ Extratos das atas da Comissão Executiva da CP, de 27/09/1922, 24/01/1923, 7/02/1923 e 15/02/1923. AHFCP.

⁸ Manuel Ferrão de Castelo Branco, engenheiro de minas. Foi proposto como Diretor Técnico da Sociedade Minera do Lena em Março de 1921. Sucedeu-lhe no cargo, Carlos Freire de Andrade.

a empresa investiu também na construção de alojamentos para os cerca de 150 mineiros que ali trabalhavam, garantindo condições mínimas de conforto e higiene, e evitando grandes deslocações diárias.

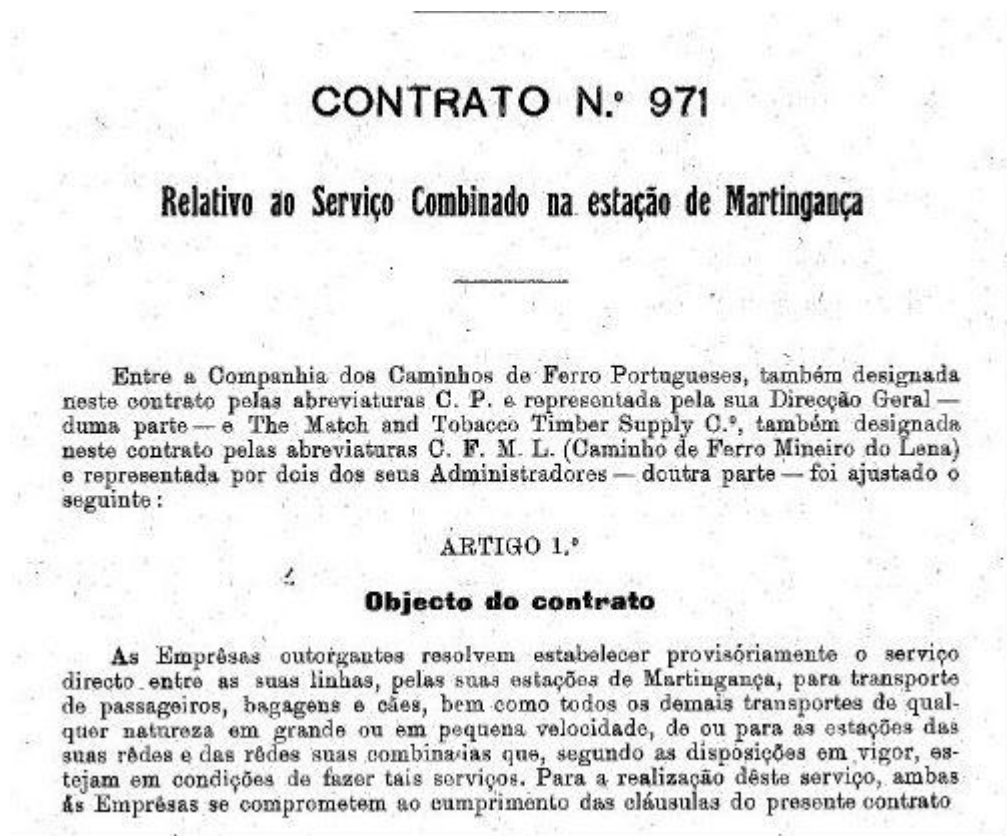


Figura 2. Extrato do contrato para prestação de serviço público entre a *Match* e a CP 2 de junho de 1930. Arquivo Histórico da CP.

Enquanto isso, nas minas de Alcanadas (Batalha), faziam-se apenas alguns trabalhos de reconhecimento e manutenção, uma vez que se decidira que aqueles carvões seriam apenas destinados a abastecer a futura central termoeléctrica, para a qual se começou a encomendar equipamento necessário: caldeira de vapor para 500 kW, alternadores e demais acessórios.

Com tantos e tão vultuosos investimentos, a *Match* cedo se viu em dificuldades de tesouraria dadas as parcas receitas obtidas com as vendas diretas de carvão, problema que se avolumou quando em junho de 1928, praticamente um ano volvido sobre o empréstimo concedido pelo Estado, foi citada para começar de imediato a

respectiva amortização, quando, no entender dos administradores, essas quantias deviam estar no orçamento da empresa⁹.

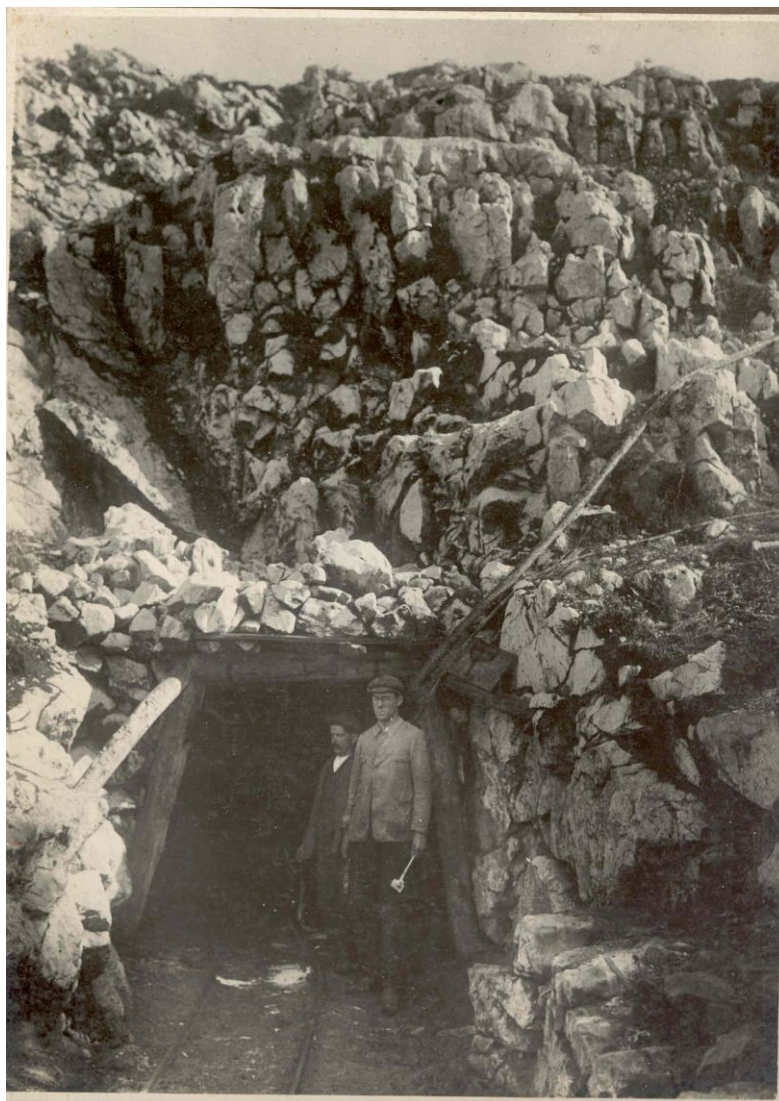


Figura 3. Entrada da galeria S. Pedro na mina da Bezerra. Foto *The Match*, 1927. AHLNEG.

O teor da notificação e os apertados prazos impostos terão sido, possivelmente, reflexos da austeridade imposta pelo novo titular do Ministério das Finanças, Oliveira Salazar, que reassumira a pasta em abril de 1928, que visava repor o equilíbrio financeiro do país abalado pelas políticas do seu antecessor na pasta, que criara “uma verdadeira situação de descalabro nas contas públicas” (Rosas, 2012, p. 88).

Não deve, porém, descartar-se completamente a hipótese de que, para esta (inesperada) decisão das Finanças, possa ter pesado a opinião dos técnicos dos

⁹ Cf. *The Match...*, *Apenso ao Relatório do Conselho de Administração, exercício de 1928*.

serviços de minas do Estado que vinham a mostrar o seu desagrado pelo facto de o desenvolvimento das minas, âncora do Couto Mineiro, não estar a acompanhar o ritmo (e despesa!) do caminho de ferro, “como se ao país pudesse interessar a subvenção de mais uma empresa de transportes a quem previamente não foi assegurada matéria-prima a transportar” como viria a reportar Paiva Morão, engenheiro chefe da Circunscrição Mineira do Sul, a quem cabia o acompanhamento do Couto Mineiro do Lena¹⁰.

A informação que o engenheiro Júlio Simões (1891-1958), da mesma repartição, levou ao conhecimento superior em outubro desse ano, na sequência da rotineira visita de inspecção é demolidora, ao criticar duramente a baixa produção do Couto Mineiro, que estimava entre 20 e 30 toneladas diárias acrescentando:

A situação especial em que a Sociedade concessionária se encontra perante o Estado, obrigava-a a proceder de forma a conseguir um rápido andamento de todos os trabalhos mineiros, o que até hoje não tem sido feito, tendo a sua actividade quasi exclusivamente sido despendida na construção do c.f.. A sua breve conclusão em pouco virá a beneficiar estas minas, porquanto a quantidade de carvão actualmente reconhecida (cerca de 40 mil toneladas), não será o bastante para justificar a sua existência e o auxilio que o Estado lhe proporcionou, sendo razão bastante para mais uma vez vir insistir na urgência da mudança de orientação a dar a todos os seus trabalhos mineiros¹¹.

Não obstante a redução da dívida, a “imposição” dos pagamentos ao Estado por conta do empréstimo, reflectiu-se no atraso no desenvolvimento do programa industrial da empresa¹². Assim, com a publicação do decreto de 29 de Setembro de 1930, Salazar veio regular o financiamento concedido à *Match* limitando o empréstimo a 16.000 contos (16 milhões de escudos o PTE), valor em dívida na altura, fixando um rigoroso plano de amortizações a começar em janeiro do ano seguinte, com reembolsos crescentes em consonância com o desenvolvimento da exploração. Como garantia, exigiu a penhora de todos os bens e rendimentos da empresa (equipamentos de

¹⁰ Cf. Circunscrição Mineira do Sul. Informação de Paiva Morão, 20/11/1928. ADGEG.

¹¹ Cf. Circunscrição Mineira do Sul. Auto de visita. Júlio Oliveira Simões, 20/10/1928. ADGEG.

¹² Cf. The Match..., *Apenso ao Relatório do Conselho de Administração, exercício de 1929*. p. 8.

exploração e anexos mineiros, caminho de ferro central termoelétrica), ficando a gestão da empresa sujeita à fiscalização permanente de um Comissário do Governo¹³. As cláusulas deste novo contrato não colheram o consenso da administração da *Match*, que apontava a grande disparidade de valores entre o saldo efectivamente apurado e o imposto industrial pago que incidia, não sobre os lucros mas sobre o capital social da empresa (£ 750.000), que se propuseram diminuir para £ 250.000 (GBE), para assim baixar o valor coletável e por este corresponder à parcela efetivamente dedicada aos trabalhos mineiros¹⁴.

Há aproximadamente um ano tínhamos fundadas esperanças em que, no ano findo [1930], as quantidades de carvão postas a descoberto fossem bem superiores, mas contrariedades e dificuldades de toda a espécie não deixaram de surgir. Continuaram pesquisas em várias partes da nossa enorme concessão, dando-nos, de tempos a tempos, esperanças e desapontamentos, visto o jazigo ser em regra muito partido e falhado, com grandes modificações nas camadas. No dizer dos nossos técnicos e bem assim, de estrangeiros que têm visitado esta região, não deve isso constituir surpresa de maior [...] é necessário um largo programa, onde predominem as sondagens, o que contudo implica o dispêndio de milhares de contos que impossível se nos tem tornado fazer até agora¹⁵.

IMBRÓGLIOS FINANCEIROS E (NOVA) INTERVENÇÃO TUTELAR

Entre 1930 e 1931, a *Match* realizou diversas transações financeiras, nomeadamente a aquisição das acções da extinta Sociedade Mineira do Lena ainda detidas por uma das suas associadas, a Sociedade Torlades, Lda¹⁶, operação que lhe assegurou o completo domínio da propriedade da antiga concessionária e a cedência à STAB (*Svenska Tändsticksaktiebolaget*), atual fosforeira sueca, os interesses na Sociedade Nacional e na Sociedade Colonial de Fósforos.

¹³ Para o cargo foi nomeado o engenheiro Jorge Adrião Sequeira (1898-?), deputado à Assembleia Nacional e figura destacada como gestor na indústria privada.

¹⁴ Cf. *The Match...*, *Apenso ao Relatório do Conselho de Administração, exercício de 1930*. ADGEG.

¹⁵ Cf. *Relatório do Conselho de Administração da Match, exercício de 1930*.

¹⁶ A história administrativa desta sociedade, é ainda pouco conhecida. Admite-se que tenha sido criada em Setúbal, no início do século XVIII com a abertura de uma agência por parte do banqueiro alemão Torlades, abrindo-se a outras áreas de negócio. Esta empresa fechou em 1929, tendo corrido um processo no Tribunal do Comércio, entre 1930 e 1934, por acusação de falência fraudulenta. Cf. <http://www.aatt.org/site/index.php?op=Nucleo&id=1641>, consultado em 20/07/2013.

Embora esta última transação permitisse extinguir quase todo o passivo da Companhia¹⁷, o facto é que a *Match* se desfez do seu mais valioso activo, situação que se complicou com a abrupta falência da Torlades e o consequente cancelamento dos créditos sobre esta Sociedade, avizinhando-se a insolvência e paralisando quase totalmente a actividade do Couto Mineiro. Neste quadro, a assembleia de accionistas de 25 junho 1931 deliberou reestruturar companhia, que passou a designar-se por Empresa Mineira do Lena, SARL (doravante referida abreviadamente por EML), reduzindo novamente o capital social e nomeando uma nova administração encabeçada por José Saldanha da Gama (1893-1958)¹⁸.

Entretanto os accionistas franceses agrupados na *Association Nationale des Porteurs Français de Valeurs Mobilières*, enviaram a Lisboa um representante, Marcel Barde, para negociar com o Governo uma moratória de dois anos, comprometendo-se a realizar o capital necessário para a efectivação de um programa de desenvolvimento eléctrico e mineiro que habilitasse a EML a fazer face aos seus compromissos.

Apesar destas diligências o ano económico de 1932 iniciou-se sob o espectro da execução fiscal por falta de pagamento de impostos e por incumprimento dos acordos com o Governo. Também a CP reclamava os pagamentos relativos aos carris e demais materiais de via adquiridos anos antes, entretanto legalmente suspensos. Embora parcialmente compensada com a entrega de vagões de carga a título de amortização, a CP entendeu vir a reter, por conta dessa dívida, os créditos da EML devidos pelo serviço combinado, procedimento que agravou a precária situação financeira da empresa e que mereceu, do Comissário do Governo junto da Mineira do Lena, um pedido de intervenção do Ministro para que este sanasse o conflito¹⁹.

O cenário era portanto assaz problemático: uma indústria de madeiras improdutiva; pessoal com vencimentos em atraso; uma central eléctrica paralisada; um caminho-de-ferro deficitário e uma única fonte de receitas, a mina da Bezerra “que se encontrava num estado mais que precário e nas piores condições de segurança e higiene para o pessoal que nela trabalhava”²⁰.

¹⁷ Cf. Relatório do Conselho de Administração da *Match*, exercício de 1930.

¹⁸ Conde de Saldanha da Gama, por mercê do arquiduke Otão de Habsburgo, era também Presidente da Companhia de Seguros O Trabalho (Lisboa).

¹⁹ Cf. Extrato da ata 2088 da Comissão Executiva da CP, 2/12/1932. AHFCP.

²⁰ Cf. EML. Relatório do Conselho de Administração, exercício de 1931-32.

Conhecedor desta delicada situação e na presunção de que o compromisso com os acionistas franceses teria tido sucesso, o Governo concedeu novas facilidades de pagamento do empréstimo que ensombrava a *Match*, modificando mais uma vez as condições de reembolso da dívida e aceitando a moratória mediante o cumprimento do programa industrial proposto (Decreto 20:855 de 3/02/1932). Em contrapartida, exigia-se a consignação de todos os bens e rendas futuras à Caixa Geral de Depósitos (banco do Estado), autorizando-se a companhia a vender bens não essenciais ao seu funcionamento, revertendo essas receitas para “despesas de primeiro estabelecimento”²¹.

A breve prazo se reconheceu a impossibilidade de fazer com que a *Association des Porteurs* cumprisse o que se havia acordado, alegando o seu representante que a razão era o facto dos acionistas exigirem a hipoteca dos bens futuros da empresa que, no entanto, já estavam consignados ao Estado. Contudo a “verdadeira causa”, como explicaria Saldanha da Gama, era “o descrédito completo em que a Sociedade se encontrava pelo esbanjamento do seu poderoso capital então representado apenas pelo ativo de uma indústria improdutiva quase insuficiente a justificar a garantia da hipoteca tomadas pelo Estado”²².

Durante os dois anos da moratória, a EML não conseguiu cumprir parte do programa acordado nem regular a dívida ao Estado, pelo que o Governo, através do Ministro das Finanças, decretou nova isenção do pagamento de impostos, autorizando mais uma vez a alienação de bens. Porém, mercê deste regime excepcional e contendo as despesas, durante os anos de 1932 a 34, conseguiu-se electrificar as minas de Alcanadas e desenvolver os trabalhos de acordo com o plano de lavra apresentado ao Governo, pôr em laboração a central termoelétrica, construir as linhas de distribuição de energia para Batalha, Reguengo e Maceira, pagas com as receitas da alienação de património e outra linha para Alcobaça, mantendo em circulação diária dois comboios ascendentes e dois descendentes assegurando os transportes mineiros e o serviço combinado com a CP²³.

Contendo despesas e reduzindo perdas, a EML conseguiu chegar a 1934 com um “pequeno saldo positivo”, considerando excluídos desse balanço os juros da dívida ao

²¹ Cf. EML. [Relatório]. Saldanha da Gama. 16/03/1936. ADGEG.

²² Cf. EML. Relatório do Conselho de Administração, exercício de 1931-32.

²³ Cf. [Exposição do Comissário do Governo. na EML ao Ministro], 10/01/1936. ADGEG.

Estado, a contribuição industrial, o saldo de anos anteriores e a desvalorização dos títulos em carteira²⁴.

APELO A OLIVEIRA SALAZAR

O ligeiro alívio sentido nesse período, não permitiu no entanto suficiente desafogo para a empresa pois não eram esperançosas as perspectivas para as minas da Bezerra. Apesar dos investimentos realizados na melhoria das condições de exploração e higiene para o pessoal, com sucessivos trabalhos de beneficiação, estudo técnico recente e independente, encomendado pela EML, apontava claramente para a impossibilidade de se porem a descoberto “novas lentilhas de carvão economicamente exploráveis”²⁵, recomendando a concentração dos esforços da empresa na exploração dos jazigos da Batalha, dado aí o carvão se apresentar com boas características de regularidade e continuidade, apostando em consequência na central térmica, que começara a funcionar em 1933.

Demarcando-se das estratégias da anterior *Match*, Saldanha da Gama, tendo em vista a oportunidade oferecida pelo plano de electrificação geral do país, em curso de preparação, tomou a iniciativa de se dirigir a Salazar, para promover a central térmica de Porto de Mós, apresentada como peça essencial desse grande desígnio de progresso do Estado Novo.

V. Ex.^a terá de considerar que [este documento] foi elaborado por um homem que nenhuma, absolutamente nenhuma responsabilidades têm nos desmandos passados [...]; não foi accionista da Sociedade, nem sequer conhecia ou tratou pessoalmente com os antigos administradores dela [por isso] se sente muito à vontade para solicitar a esclarecida atenção de V. Ex.^a a quem se deve a restauração das Finanças Públicas.²⁶

A ênfase do administrador da EML ia para as minas da Batalha que tinham, segundo os pareceres técnicos, alguns milhões de toneladas de lenhite que, queimadas à boca da mina, permitiriam apostar na produção de energia eléctrica durante largos anos, o que, aliás, já estava a ser demonstrado de forma compensadora com a ligação, desde a primeira hora, à Fábrica de Cimentos de Maceira-Liz, fundada e gerida por Henrique Sommer (1886-1944), também administrador da EML.

²⁴ Cf. EML. [Relatório], por Saldanha da Gama. 16/03/1936. ADGEG.

²⁵ Cf. [Relatório elaborado por Rogério Cavaca], engenheiro da Junta de Hidráulica Agrícola, 1934.

²⁶ Cf. EML, 1933. *Exposição a Salazar...* p. 3.

Com esta exposição pretendia-se obter o auxílio do Estado para ampliar a Central – agora assumida tábua de salvação da empresa –, e expandir a sua área de influência na região Oeste até às portas de Lisboa e, simultaneamente baixar os custos de produção melhorando as condições de transporte dos carvões entre a mina e a Central, por caminho de ferro. “Esta realidade representa tanto para o Estado como para os accionistas uma garantia futura, porque se até hoje as nossas instalações, por serem muito diminutas, não apresentam uma receita susceptível de satisfazer os nossos encargos, porém, sendo ampliadas, poderão resolver por completo problema económico da Sociedade”²⁷.

Contudo, apesar do optimismo das projecções financeiras apresentadas, o administrador concluía que mesmo no cenário mais favorável, as receitas seriam insuficientes para suportar a dívida ao Estado que, acrescida dos juros acumulados, perfazia uma quantia muito elevada, o que deixava, como possibilidades para assegurar o futuro da EML, uma nova redução do capital social, a emissão de acções privilegiadas no montante da dívida a subscrever pelo credor Estado através da Caixa Geral de Depósitos, e o lançamento de um empréstimo obrigacionista a vinte anos, em que o banco do Estado ficaria com parte, sendo o resto subscrito por particulares, hipóteses para as quais haveria já uma aceitação tácita dos accionistas franceses²⁸.

1935: ANNUS HORRIBILIS

Em maio de 1935, a fábrica de cimentos cancelou a compra de electricidade à Central Lena, o que significou, como referiria mais tarde Castro e Solla, Diretor Geral de Minas, um “rudíssimo golpe no Lena”²⁹, implicando a imediata redução do trabalho da mina, na medida em que o carvão, sem outros utilizadores significativos, não podia ser mantido em depósito por períodos largos por entrar espontaneamente em combustão.

A situação tornou-se ainda mais problemática em consequência do cancelamento unilateral, por parte da CP, do serviço combinado de mercadorias e passageiros com a retenção dos eventuais reembolsos, por conta das dívidas da Mineira (ainda a questão da compra dos carris!)³⁰. A partir de então, as despesas correntes da EML excederam constantemente as receitas, só se voltando a conseguir um ligeiro equilíbrio aquando da Segunda Guerra.

²⁷ *Ibidem*, p. 9.

²⁸ *Ibidem*, p.19.

²⁹ Cf. [Relatório de visita de Castro e Solla ao CML], 26/01/1937. ADGEG.

³⁰ Cf. Extrato da ata 2320 da Comissão Executiva da CP, 22/10/1935. ADGEG.

Pelas piores razões a EML voltava a chamar a atenção do Governo que, mais uma vez lhe acudiu, isentando-a do pagamento das contribuições em dívida (decreto de 30 de maio de 1935) e proibindo, em contrapartida, a remuneração do capital da empresa, *i.e.*, o pagamento de dividendos aos acionistas. Impunha-se tomar medidas urgentes para manter o precário equilíbrio que a muito fora conseguido, e duas alternativas foram então sopesadas: comprimir as despesas, o que poderia implicar a paralisação da atividade industrial, ou encontrar rapidamente outros clientes para a energia, ampliando a Central e construindo novas linhas de transporte e distribuição.

Tendo em consideração a crise de desemprego que então se sentia e os custos sociais da paralisação das minas, a administração da EML optou pela segunda solução não tendo, porém, conseguindo evitar os efeitos dramáticos dos atrasos na sua concretização, traduzidos no aumento do deficit, e na suspensão do pagamento de salários e ordenados, com as consequentes repercussões no tecido económico e social da região, despedimentos e debandada geral dos operários.

Não tendo havido desenvolvimentos relativamente à exposição enviada a Salazar, o Comissário do Governo na EML, na linha de pensamento dos administradores, dirigiu-se ao Ministro das Obras Públicas sublinhando o facto de o futuro da empresa estar intimamente ligado ao desenvolvimento da rede eléctrica. Nesta ótica, a grave situação causada pelos salários em atraso, poderia resolver-se com a autorização para construir as novas linhas de alta tensão a partir da Central Lena, o que permitiria satisfazer as necessidades de importantes clientes industriais como eram a Companhia de Fiação e Tecidos de Alcobaça, a Companhia Industrial Portuguesa (Marinha Grande) e a União de Limas Tomé Feiteira (Vieira de Leiria), que vinham, há tempos a pressionar as autoridades distritais para que estas levassem a electricidade aos seus territórios³¹. “Concedidas por V. Ex.^a a título precário e provisório, e como único recurso para a conservação desta empresa, não se oporiam certamente ao Plano de Electrificação Nacional que V. EX.^a, com tanta proficiência se propôs por em execução”³².

A demora nas respostas oficiais, não impediu a EML de avançar com a ampliação da Central, encomendando uma nova caldeira à *Brown & Boveri, Co.*, empresa que fornecera os equipamentos já existentes. Por falta de liquidez, a compra foi financiada

³¹ Cf. [Memorando do Comissário do Governo], 23/08/1935. ADGEG.

³² *Ibidem*.

pela CRGE (Companhias Reunidas de Gaz e Electricidade)³³ a quem a EML se comprometeu a pagar uma renda até à amortização completa do valor da compra (950 contos), contratando com o banco Borges & Irmão um empréstimo de 250 contos, para construir a linha para Alcobaça. Para garantir estes contratos, a EML viu-se obrigada a consignar praticamente a totalidade das receitas que iria receber dos novos clientes, a Fábrica de Fiação e o próprio município, que adjudicara energia para iluminação pública.

O aumento do défice de exploração, as dívidas e o abandono da empresa por muito do pessoal que ali trabalhava, levaram o Comissário do Governo a propor ao Estado que tomasse posse dos activos da EML, nomeando uma comissão administrativa, ou, *in extremis*, dar por findas as concessões e nomear uma comissão liquidatária da empresa³⁴. Contudo, não deixava de se afigurar uma solução para resolver, pelo menos temporariamente, o problema dos dois últimos empréstimos (CGGE e banco Borges), admitindo que estas duas entidades aceitariam a emissão de obrigações naqueles montantes.

A emissão de um empréstimo obrigacionista a vinte anos, subscrito pelas entidades interessadas no fornecimento de energia, era também, no entender de Jorge Sequeira, a mais viável das soluções para construir as linhas de alta tensão para Leiria, que permitiriam rapidamente obter um rendimento anual confortável. A garantia seriam as próprias linhas e a caldeira, o que até era vantajoso para o Estado visto que estes novos activos passariam a figurar no contrato de penhor acordado com o Governo anos antes.

Com o pessoal reduzido ao mínimo indispensável para assegurar os trabalhos de conservação e a extracção do carvão para manter a Central a fornecer energia às Câmaras da Batalha e Porto de Mós, a EML viu-se forçada a alienar património e a ter de requerer autorização para desmontar o carvão à vista dos maciços de suporte nas minas da Bezerra e Ferrarias para que se não perdessem com o seu abandono definitivo. As receitas obtidas e a folga orçamental resultante da aplicação de mais uma isenção fiscal e da suspensão de cobranças pendentes de execução (Decreto 26.260 de 24/01/1936), permitiram a aquisição de novo equipamento de exploração

³³ CRGE: grupo económico constituído em 1991, resultante da fusão entre a Companhia Lisbonense de Iluminação a Gás (1848) e a Companhia Gás de Lisboa (1887), para produzir e distribuir gás e electricidade.

³⁴ Cf. [Ofício do Comissário do Governo ao Ministro do Comércio e Indústria], 10/01/1936. ADGEG.

mecânica para Alcanadas e a consequente modificação da metodologia da lavra, visando, em curto prazo, aumentar a produção.

Com a insolvência no horizonte, oferecia-se no entanto a possibilidade de resolver a muito difícil situação da empresa com a obtenção de “novas facilidades e sacrifícios por parte do Estado” como escrevia Júlio Simões³⁵; porém, acrescentava que em caso algum se devia desligar “a parte mineira da parte eléctrica”, por ser esta a única fonte de garantia do futuro do Couto Mineiro³⁶. Esta opinião era também subscrita pelo Diretor Geral de Minas e Ser. Geologicos, Castro e Solla (1900-?), que a reforçava com a inalienabilidade do caminho de ferro privativo da Mineira do Lena³⁷.

O relativo equilíbrio financeiro alcançado nos anos da II Guerra Mundial, quando a EML atingiu os seus maiores níveis de produção (uma média de 22.000 toneladas anuais e a Central a funcionar em plena carga) não significou, porém, o aforro de capitais suficientes para liquidar as dívidas acumuladas para com o Estado e outros credores, problema que voltou a colocar-se de forma pertinente nos anos seguintes, com o regresso dos carvões importados e o crescente recurso aos combustíveis líquidos. Invocava a empresa ter aplicado parte das receitas em medidas sociais³⁸, dadas as difíceis condições de vida dos operários e demais pessoal ao serviço da empresa. Contudo, o principal óbice atribuí-a a administração da empresa, ao facto das vendas de carvão, tal como da electricidade, terem valores tabelados pelo Governo que não permitiam poupanças.

A solução encontrada pelo Ministério da Economia, que mediou as negociações, foi a da alienação da Central e da rede de transporte e distribuição de energia construída pela EML, vendidas, no início de 1948, à Sociedade Eléctrica do Oeste, Lda. (SEOL), consórcio formado para o efeito que reuniu a CRGE (credora da EML), a Hidro Eléctrica do Alto Alentejo, compradora de electricidade à Central Lena desde finais dos anos trinta, e a Companhia Eléctrica das Beiras³⁹. Estas empresas consolidavam assim, definitivamente, a sua posição na Região Oeste que, temiam, pudesse ser definitivamente concessionada à Central Lena.

³⁵ Cf. [Informação da CMS, Júlio Simões], 23/03/1936. ADGEG.

³⁶ *Ibidem*.

³⁷ Cf. EML. Exposição ao Ministro do Comércio e Indústria. Saldanha da Gama, 23/01/1936. ADGEG..

³⁸ Neste período foi criada uma “Caixa de Previdência”, posteriormente autonomizada, construídos alguns alojamentos para as famílias dos mineiros e instalada uma cantina que permitia o abastecimento de géneros e vestuário a preços baixos.

³⁹ Com sede na Lousã, produzia e distribuía electricidade nos distritos de Castelo Branco, Coimbra, Leiria e Santarém (Matos *et al*, 2004 p. 362).

Paralelamente, e para resolver o remanescente das dívidas para com a CP e com a CRGE, foram emitidas acções privilegiadas naqueles montantes, subscritas por ambas as empresas, operação que permitiu transformar os créditos em capital social⁴⁰.

Foram-se as dívidas, ficaram as minas... dir-se-ia; contudo, apesar de contratualmente obrigada a comprar carvão à EML para alimentar a Central Lena (ou a pagar-lhe uma indemnização pela quebra de consumo), a SEOL rapidamente reduziu os consumos de carvão acabando por paralisar a Central, o que implicou de imediato a suspensão dos trabalhos mineiros. De facto, à SEOL importava mais a comercialização da hidroelectricidade produzida pelas suas associadas (energia eleita nas directivas do Governo consignadas na Lei de Bases da Electrificação⁴¹), do que comercializar a energia produzida em centrais térmicas, unidades a que a legislação em vigor reservava um papel de retaguarda.

Foi o golpe final na Mineira do Lena. Privada de consumidores, descapitalizada e com o banco do Estado a exigir a sua execução, foi dissolvida em agosto de 1953, desmembrando-se o Couto Mineiro no ano seguinte⁴².

NOTA FINAL

A justificação do encerramento das minas, tendo por fundo o (inevitável) esgotamento da matéria-prima ou as circunstâncias de mercado, omite, com frequência outros lados do imbricado contexto português na Europa entre Guerras, porventura menos conhecidos mas não menos importantes: o da conjuntura económica e política em que se movem os investidores e o das estratégias empresariais que definem o sucesso ou insucesso da atividade.

No caso do Lena, poderia falar-se de um misto destas condições pois, lado a lado com uma geologia menos favorável e características tecnológicas dos carvões limitantes das suas aplicações, as concessionárias viram-se a braços com as contingências impostas por créditos asfixiantes, contraídos numa época em que o aliciamento dos industriais, a coberto de um certo modelo de fomento industrial, favorecia politicamente o regime vigente.

⁴⁰ Cf. Extrato da ata 72 do Conselho de Administração da CP, 17/3/1948. AHFCP.

⁴¹ Lei 2:002 de 26/12/1944.

⁴² Portaria de 14/12/1954.

Havia certamente, da parte da *Match*, uma visão ousada, de oportunidade de negócio, ao apostar no caminho de ferro (projecto mal sucedido) e na tentativa de potenciar a Central Eléctrica de Porto de Mós enquanto elemento estruturante do Plano de Electrificação Nacional.

Todavia, esta estratégia, não contemplou, como devia, a necessidade de reconhecer antecipadamente a real dimensão do campo mineiro, pesem embora as sucessivas diligências do Estado, que assumindo sucessivos prejuízos, não lhes poupou esforços proteccionistas, arrastando as empresa para o endividamento e acabando por ficarem reféns das grandes empresas hidroeléctricas que as fizeram soçobrar, não obstante a existência de reservas que poderiam manter a central em actividade para lá dos finais de quarenta.

Terão vencido, quiçá, os interesses defendidos pelo condicionamento industrial do regime salazarista, uma hipótese em aberto que deixamos para a continuar a abordagem multidisciplinar a EML.

SIGLAS UTILIZADAS

CP – Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses

EML - Empresa Mineira do Lena, Lda.

SEOL – Sociedade Eléctrica do Oeste Lda.

SML - Sociedade Mineira do Lena, Lda.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

FONTES NÃO IMPRESSAS

Direcção-Geral de Energia e Geologia (ADGEG) e Arquivo Histórico do Laboratório Nacional de Energia e Geologia (AHLNEG): processo do Couto Mineiro nº 9; Álbum fotográfico da *Match*; Arquivo Histórico e Fotográfico da CP (AHFCP): processo “*The Match...*”

PERIÓDICOS

Diário do Governo (vários nºs)

ARTIGOS E MONOGRAFIAS

Andrade, C.F., 1927. Contribuições para o estudo geológico da região de Vale Grande, *Mendiga*, *Boletim de Minas: Ano de 1925*, 18-35.

- Brandão, J.M; Silva, H., 2011. Coal exploitation along the Lena river (Portugal): a significant impact on the region's economy (1862-1954). In: Ortiz, J.E *et al.* (eds.) *History of research in mineral resources*. Instituto Geológico y Minero de España, Madrid, 219-226.
- Brandão, J.M., 2008a. Caminho de Ferro Mineiro do Lena: desígnio de progresso industrial e social. In: Brandão, J.M. *et al.* (eds.), *Património geológico, arqueológico e mineiro em regiões cársicas*. SEDPGYM, Batalha, 193-203.
- Brandão, J.M., 2008b. Historiografia mineira. Contribuição para o estabelecimento de uma cronologia de factos relevantes na vida das minas de lignite de Alcanadas e Chão Preto (Batalha, Portugal). In: Brandão, J.M. *et al.* (eds.), *Património geológico, arqueológico e mineiro em regiões cársicas*. SEDPGYM, Batalha, 181-192.
- Empresa Mineira do Lena, 1933a. *Relatório e Contas do Conselho de Administração e Parecer do Conselho Fiscal*. 1931-32. Lisboa, 5 pp.
- Empresa Mineira do Lena, 1933b. *Exposição apresentada a Sua Excelência o Ministro das Finanças, Exm.º Sr. Dr. Oliveira Salazar em 29 de Julho de 1933*. Tipografia Manuel Pacheco L.^{da}, Lisboa. 19 pp.
- Matos, A.C; Mendes, F.; Faria, F.; Cruz, L., 2004. *A electricidade em Portugal: dos primórdios à 2.ª Guerra Mundial*. EDP, Museu da Electricidade. Lisboa, 440 pp.
- Nunes, J.P.A., 2010. *O Estado Novo e o Volfrâmio (1933-1947)*. Imprensa da Universidade de Coimbra, 576 pp.
- Ribeiro, C., 1855. *Terrenos anthracíferos e carboníferos. Mina[s] de carvão de pedra do ditricto de Leiria*. Memórias da Academia das Sciencias, Lisboa, 2 (2), 46 pp.
- Ribeiro, C., 1891a. Memória sobre as minas de carvão de Valverde e Cabeço do Veado nos concelhos de Alcanede e Porto de Mós. *Revista de Obras Públicas e Minas*, 22, 262-264, 273-285.
- Ribeiro, C., 1891b. Memória sobre as minas de carvão de pedra do districto de Leiria. *Rev. de Obras Públicas e Minas*, 22, 285-331.
- Rosas, F., 2012. *Salazar e o poder: a arte de saber durar*. Lisboa, Tinta da China, 367 pp.
- Rosas, F., 1996. *O Estado Novo nos anos trinta (1928-1938)*. 2.ª edição. Lisboa. Editorial Estampa, 312 pp.
- The Match and Tobacco Timber Supply C.º. *Apenso ao relatório do Conselho de Administração*. Anos de 1926, 1928 e 1930. Lisboa, Tipografia Cristóvão A. Rodrigues Lda.

Viana, A.Q, 1928 (rel.). Problema dos carvões nacionais. *Boletim de Minas: Ano de 1927*, 5-61.